

# UMA SINGULAR ESCOLA IBÉRICA: DE SALAMANCA A COIMBRA E ÉVORA

José Manuel Moreira | André Azevedo Alves



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT –  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto  
UIDB/04597/2020

**Título** Uma Singular Escola Ibérica:  
de Salamanca a Coimbra e Évora

**Autores** José Manuel Moreira e André Azevedo Alves  
**Coleção** IEP | Fora de coleção

© Universidade Católica Editora

**Revisão editorial** António Brás

**Capa** Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS

**Desenho da capa** Francisco Laranjo

**Paginação** Magda M. Coelho | acentográfico

**Impressão e acabamento** Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

**Depósito legal** 491077/21

**Tiragem** 200 exemplares

**Data** novembro 2021

**ISBN** 9789725407912

**ISBN e-Book** 9789725407929

Universidade Católica Editora  
Palma de Cima 1649-023 Lisboa  
Tel. (351) 217 214 020  
uceditora@ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt



---

MOREIRA, José Manuel, e outro  
Uma singular escola ibérica : de Salamanca a Coimbra e Évora / José Manuel  
Moreira e André Azevedo Alves. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2021.  
– 148 p. ; 23 cm. – ISBN 9789725407912. – ISBN 9789725407929 (e-Book)  
I – ALVES, André Azevedo, coaut. II – Tit.  
CDU 378(46)"15"

# Índice

<b>Nota Introdutória</b> Leonor Durão Barroso	9
<b>Agradecimentos</b>	19
<b>Introdução</b>	21
Capítulo 1 <b>Enquadramento Geral</b>	23
Capítulo 2 <b><i>Jus communicationis, jus commercii</i> e crítica da teocracia</b>	31
Capítulo 3 <b>Antropologia portuguesa da época dos Descobrimentos</b>	39
Capítulo 4 <b>Para uma contextualização da situação da Universidade e melhor compreensão da reforma de D. João III</b>	45
Capítulo 5 <b>Da filosofia hebraica ao ensino médio e Colégio Real – avanços e recuos de D. João III à luz das tensões entre «bordaleses» e «parisienses»</b>	55
Capítulo 6 <b>Para compreender o domínio da Companhia de Jesus: do Colégio Real às Universidades (de Coimbra e Évora) e outras escolas</b>	63
Capítulo 7 <b>Da restauração da escolástica aos mestres espanhóis em cátedras portuguesas</b>	73
Capítulo 8 <b>Entre Salamanca e Norte de Portugal – destaque para o <i>Bracarense</i> e o <i>Perfeito Cortesão</i></b>	81

Capítulo 9	
<b>Caminhos cruzados e Monarquia Dual, com alusão ao Brasil</b>	93
Capítulo 10	
<b>A Inquisição e os Jesuítas: cruzamentos ibéricos entre Fé e Poder</b>	101
Capítulo 11	
<b>Os Jesuítas e o «século cristão do Japão»: uma história de assombro</b>	111
Capítulo 12	
<b>Da literatura jurídica, política e económica dos séculos XVI e XVII aos contributos portugueses no âmbito da Economia Política</b>	129
<b>Conclusão</b>	139
<b>Anexo: Texto de Germano Silva</b>	143

## Nota Introdutória<sup>1</sup>

A produção intelectual ibérica no início da era moderna no âmbito jurídico-político, não constituindo um tema novo na academia, é, todavia, um aspeto da nossa história ainda pouco conhecido do público em geral.

Todos temos presente como na Atenas de Péricles se lançaram as bases da democracia, e com admiração falamos da codificação do Direito na Roma Antiga. Não descuramos como em Inglaterra se caminhou em direção à liberdade com o estabelecimento da Magna Carta e o desenvolvimento da *common law*, nem como nos Estados Unidos os Pais Fundadores criaram uma constituição exemplarmente democrática.

Mas frequentemente se ignora que a tradição escolástica católica e ibérica teve um papel fundamental para a história do pensamento jurídico-político que deve ser, certamente entre nós, como por toda a Europa e além dela, conhecido e estudado. Em particular, deverá sublinhar-se e divulgar-se o contributo inovador dos mestres das universidades portuguesas, mais ou menos anónimos, para a defesa dos direitos humanos no contexto da escolástica tardia.

Como tal, não se pode senão receber com agrado uma obra que, de forma acessível, contextualiza e introduz o pensamento de tantos mestres que estudaram ou lecionaram nas cátedras de universidades portuguesas no período que se segue aos Descobrimentos, e que foram verdadeiros precursores de modernidade e de liberdade no domínio político.

Após uma primeira versão espanhola, intitulada *De Salamanca a Coimbra y Évora: Caminos Cruzados de una Escuela Singular* (Editorial

---

<sup>1</sup> A presente Nota Introdutória tem por base a recensão, da mesma autora, a outra obra dos autores: *De Salamanca a Coimbra y Évora: Caminos Cruzados de una Escuela Singular*. Madrid: Editorial Universidad Francisco de Vitoria. A recensão encontra-se publicada na revista *Nova Cidadania*, n.º 67, fevereiro-junho 2019.

Universidad Francisco de Vitoria, 2018), os autores propõem-se agora dar a conhecer no nosso país, e com um estudo de maior extensão, o *papel singular* da Escola de Salamanca no contexto destas três universidades.

Em Espanha, o grande trabalho de congregação, tradução e estudo dos textos da escolástica tardia deu origem à exímia coleção do *Corpus Hispanorum de Pace*, sob a direção de Luciano Pereña. Mais recentemente, em Portugal, um notável esforço de recuperação destes textos e ideias foi levado a cabo por Pedro Calafate, na sua obra em dois volumes *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora* (Almedina, 2015), presença incontornável no livro que aqui se apresenta. Este movimento é ainda objeto de estudo de Beltrán de Herédia, Belda Plans, entre outros; e também de Marjorie Grice-Hutchinson, na obra *The School of Salamanca, Readings in Spanish Monetary Theory, 1544-1605* (Oxford, 1952), e Alejandro Chafuen, em *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics* (Lanham, 2003), que se dedicam em particular ao contributo escolástico para o pensamento económico, reconhecido por autoridades como Schumpeter ou Hayek.

É, pois, na tradição do estudo do pensamento político, social e económico e do carácter único desta escola que surge a obra *Uma Singular Escola Ibérica: De Salamanca a Coimbra e Évora*, a qual constitui testemunho de um renovado interesse nos pensadores ibéricos da escolástica tardia. A esta, além da já referida versão espanhola que lhe serviu de base, acresce outra obra, anterior, em que os mesmos autores partilham autoria: *The Salamanca School* (Bloomsbury, 2010).

Para um enquadramento da obra que aqui se apresenta, impõe-se, antes de mais, uma breve introdução ao significado e conteúdo da Escola de Salamanca.

A Escola de Salamanca é um movimento intelectual que surge na Europa no século XVI, sendo considerado um marco da sua inauguração a predominância da *Summa Theologiae* de S. Tomás no currículo universitário e a estadia de Vitoria em Salamanca como catedrático de Teologia.

Num período anterior à especialização de disciplinas como a conhecemos hoje, não se deverá estranhar a amplitude de matérias tratadas pelos autores desta Escola, que vão além da Teologia e se estendem a áreas como o Direito, a Política, a Filosofia ou a Ciência Económica.

Como afirma Francisco Suárez no próêmio ao seu *Tratado das Leis*, «a ninguém deve surpreender que os especialistas em Teologia se dediquem a discutir leis», uma vez que «[...] o tratamento das leis cabe de tal forma no âmbito da Teologia que o teólogo não chega a esgotar a sua matéria se não se detiver a considerar as leis». E esclarece: «[...] é tarefa da Teologia preocupar-se com as consciências dos que caminham neste mundo; ora, a retidão das consciências reside na observação das leis, bem como a maldade na sua violação» (*De Legibus, Proemium*).

Note-se, todavia, que a designação «Escola de Salamanca» não está isenta de divergências, sendo possível adotar um conceito mais amplo ou mais restrito. Como tal, para abarcar maior abrangência de conteúdos e autores, encontramos também frequentemente a ocorrência de designações como escolástica tardia, segunda escolástica ou escolástica espanhola<sup>2</sup>.

No livro que aqui se apresenta, os autores referem-se frequentemente à Escola de Salamanca como designando um conjunto de mestres e um pensamento que extravasa os limites da Universidade que lhe dá nome, mas que se compreende em estrita articulação com a tradição salmanticense. É, aliás, essa a posição expressa pelos autores num outro livro, já referido, que em coautoria publicaram. Para os Professores José Manuel Moreira e André Azevedo Alves é possível associar nomes como Molina ou Suárez, que viveram grande parte da sua carreira académica em Portugal, à Escola de Salamanca na medida em que também passaram por aquela universidade e deram seguimento à tradição desta Escola<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Para uma análise detalhada desta questão terminológica, ver, por exemplo, o elucidativo estudo de Juan Belda Plans sobre a identidade desta Escola, na qual inclui apenas os teólogos catedráticos da Universidade de Salamanca (Juan BELDA PLANS, «Hacia una Noción Crítica de la Escuela de Salamanca», *Scripta theologica*, vol. 31, n.º 2, 1999, pp. 392-393); ou um estudo mais recente de Miguel-Anxo Pena González [Miguel-Anxo PENA GONZÁLEZ, «La(s) Escuela(s) de Salamanca. Proyecciones y contextos históricos», em L. E. Rodríguez-San Pedro Bezares, J. L. Polo Rodríguez (eds.), *Universidades Hispánicas: Colegios y Conventos Universitarios en la Edad Moderna (II)*, Miscelánea Alfonso IX, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2009, pp. 185-237]. Ver também M. Idoya ZORROZA, «Hacia una delimitación de la Escuela de Salamanca», *Revista Empresa y Humanismo*, vol. 16, n.º 1, 2013, pp. 53-72; Luciano PEREÑA, «La Escuela de Salamanca. Notas de Identidad», em F. Gómez Camacho e R. Robledo (eds.), *El pensamiento económico en la Escuela de Salamanca*, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 1998, p. 43; e ainda Marjorie GRICE-HUTCHINSON, «El Concepto de la Escuela de Salamanca: sus Orígenes y su Desarrollo», *Revista de Historia Económica*, vol. 7, n.º 2, 1989, pp. 21-26.

<sup>3</sup> Ver André Azevedo ALVES e José Manuel MOREIRA, *The Salamanca School*, p. 2.

Esta designação propicia o diálogo, que aqui se pretende estabelecer, entre mestres das universidades portuguesas e a espanhola, estendendo o elo que une estes pensadores ibéricos.

Tal elo é particularmente relevante no contexto de um Portugal que não se concebia fechado, mas aberto ao mundo. Uma abertura que se traduz na partilha de conhecimentos através de intercâmbios com grandes universidades europeias, mas também, como sabemos, na ousadia de *querremos o mar que não era nosso*, parafraseando o homem do leme de Pessoa que, deixando o anterior medo, assim responde ao mostrengo.

Lançando-se para oceanos desconhecidos, os portugueses iniciaram as suas viagens e, navegando o Atlântico e o Índico, depararam com mundos novos no Ocidente e no Oriente. Cá ou lá, muitos mestres ibéricos refletiam sobre as questões que essas viagens e encontros suscitaram e em como manter, diante do desconhecido, a convivência pacífica entre povos.

Unindo temas aparentemente dispersos como a problemática cultural seiscentista, a universidade portuguesa de então, a missão jesuíta no Japão e os contributos escolásticos no campo da economia política, os autores do livro que aqui se apresenta transportam o leitor, de forma transversal no globo, para este período intelectualmente desafiante, dando relevo a contributos intemporais de que ainda hoje colhemos frutos.

Embora a obra esteja dividida em doze secções, para efeitos da presente nota introdutória, deter-nos-emos em quatro parágrafos numa viagem por este estudo: a América recentemente descoberta; a Coimbra universitária do reinado de D. João III; o Japão; e, por fim, novamente Portugal.

Este périplo pelo dealbar da modernidade, onde se destacam nomes como Fernão de Oliveira, Pedro Simões, Fernão Rebelo, Fernando Pérez, Pedro da Fonseca, Luis de Molina, Francisco Suárez, entre outros, inicia-se com as referidas questões fundamentais decorrentes do encontro entre povos por ocasião das Descobertas. A leitura do livro que aqui se apresenta permite compreender como, de choque de civilizações, os pensadores escolásticos transformam esse encontro numa luta pela liberdade e pela pacífica convivência.

Como explicam os autores, o contributo português para a antropologia renascentista compreende-se no âmbito do contacto com povos diferentes, com distintos graus de civilização, o qual obrigava a tomar uma posição sobre o que define o homem, ser social.



Foi neste contexto que se teorizou sobre a defesa da livre circulação internacional e do direito ao comércio entre povos alicerçada numa ideia de homem que perfilha as bases da defesa dos direitos humanos fundados numa natureza racional que confere a todos igualdade jurídica intrínseca.

Releva ainda dar nota de como, no seguimento da afirmação do direito de livre circulação, se defende o direito dos cristãos de evangelizarem em terras estrangeiras (tendo os pagãos o dever de o respeitar e garantir), bem como o dever dos cristãos de evangelizarem apenas por meios pacíficos (tendo os pagãos o direito de livre adesão à fé, o que inclui, inevitavelmente, o direito a rejeitá-la).

O julgamento jusnaturalista das questões suscitadas na colonização do território descoberto retira, quer ao Papa quer ao Imperador, domínio universal sobre o mundo, como explicam os autores, e, como tal, nenhuma das duas autoridades, espiritual ou temporal, se poderia pronunciar sobre a legitimidade de autonomia política dos povos então descobertos com base na sua conversão à fé cristã ou na sua alegada inferioridade civilizacional. O domínio político possui, pois, origem natural (não sobrenatural) e reside na comunidade, por intermédio da qual se encontra em determinado soberano. O reconhecimento de uma submissão universal ao direito natural independente da graça comporta uma conceção de homem enquanto ser dotado de dignidade, contexto em que a política colonial espanhola é submetida a um julgamento ético e jurídico e se lançam as bases da teorização do *ius gentium*.

Trata-se de um entendimento do estado natural do homem enquanto base dos seus direitos e das suas sociedades. Segundo os escolásticos deste movimento intelectual, as comunidades políticas, dotadas de autoridade pública, assentam na razão natural e não se encontram, em si mesmas, como condição da sua existência, dependentes da fé dos seus membros (súbditos ou soberanos).

Tal perspectiva, vinda de autores católicos, fiéis a Roma, é particularmente interessante se pensarmos numa Europa em que a cristandade sofria uma desagregação provocada pelo protestantismo. Por que razão defenderiam estes mestres uma independência entre a fé cristã e o poder político humano?

De facto, era esse o caminho que propunham para a protecção quer de um quer de outro: ao defenderem a independência do poder político

temporal em relação ao poder eclesiástico espiritual, os católicos garantem que nem um nem outro se arrogam privilégios que não têm; e que, diante da dissidência com a Santa Sé de um governante temporal, embora a sua lei ou o seu governo, enquanto tal, não percam legitimidade, permanece salvaguardada a ineficácia da sua autoridade em matéria espiritual. A separação das esferas revela-se, pois, um mecanismo de proteção da fé dos católicos no contexto da ascensão dos Estados modernos por vezes associados a uma religião nacional e não universal. É esta busca pela universalidade da fé que subjaz, não apenas ao pensamento político destes mestres no contexto europeu, mas, como veremos, às viagens missionárias que então se empreendiam. A forma como as duas motivações se influenciam mutuamente ficará clara na secção deste livro dedicada à missão nipónica dos Jesuítas.

Assiste-se, assim, com os autores escolásticos, a uma naturalização do político a par da rejeição do carácter sobrenatural intrínseco do poder instituído. Mas se, por um lado, se afirma o carácter natural do Estado e a sua independência relativamente à Igreja, separando esferas e fins, não deixa a política de assentar numa igualdade jurídica sustentada na natureza humana entendida como imagem de Deus. O homem, na medida em que o é, partilha, com todos os seus semelhantes, similitude divina. E é precisamente isso que o dota de direitos intrínsecos, independentes, quer da fé quer de convenções e deliberações humanas.

Sobressai, pois, na reflexão escolástica ibérica, um compromisso com a defesa da dignidade humana dos povos indígenas e de cada um dos indivíduos que os constituem, assente no princípio do personalismo, hoje consagrado na Doutrina Social da Igreja.

No contexto de igual dignidade jurídica entre todos os homens, uma instituição política entre os pagãos não goza de menor legitimidade do que um governo de cristãos: nas relações com os povos recentemente descobertos, os cristãos encontram-se numa posição de igualdade. A atitude demonstrada pelos escolásticos no âmbito desse contacto não é, pois, mero estado de espírito passageiro, mas verdadeiro compromisso com exigências éticas e jurídicas.

Não é, todavia, apenas no contacto com os povos indígenas da América que encontramos, nos portugueses, uma atitude de abertura. Ela está presente, como fica claro nesta obra, também no contacto com a

civilização oriental, que permitiu um enriquecimento intelectual verdadeiramente global. E essa atitude é, em última análise, recorrendo a Calafate, parte integrante da identidade portuguesa. Calafate refere-se a uma «condição peregrina» dos portugueses<sup>4</sup>, em que «[...] ser português é projectar-se no mundo, [...] é sair de Portugal [...]»<sup>5</sup>.

Ora, impõe-se agora que, do Novo Mundo, viajemos até Coimbra, para constatar que foi no âmbito da reforma universitária joanina que se intensificou significativamente a mobilidade, intercâmbio e internacionalização de mestres e saberes portugueses. Uma segunda etapa deste estudo procura, assim, apresentar, como explicam os autores, o contexto envolvente desta escola ibérica, permitindo-nos compreendê-la melhor.

Particularmente relevante no contexto da reforma universitária joanina é a presença jesuíta na vida intelectual portuguesa, determinante para a restauração da escolástica no contexto universitário, com devido destaque dado a autores como Cristóvão Gil e Francisco Suárez.

Este último, nascido em Granada, e tendo passado por várias cidades europeias, foi depois catedrático de Teologia em Coimbra, constituindo a sua vida um testemunho (entre muitos outros que poderíamos mencionar) dos estreitos laços entre os dois países que, acrescentando-se, não são um acidental vínculo político proporcionado pela união das Coroas, mas laços perenes do saber e troca de ideias, que permanecem após a dissolução daquela.

Assim, a vida intelectual destes autores e o seu compromisso com a defesa da fé extravasavam as fronteiras portuguesas, mesmo ibéricas, e até as europeias. A Companhia de Jesus foi protagonista do Século Cristão do Japão, e a presença ibérica naquele território oriental suscitou profundas mudanças políticas e intelectuais na história daquele povo.

É, assim, num contexto de busca pela reunificação da cristandade e de expansão da fé que o jesuíta S. Francisco Xavier desembarca no Japão. Aí depara com uma realidade muito distinta da que muitos portugueses e espanhóis haviam encontrado no continente americano. Porém, sob o mesmo espírito, adota uma postura de abertura àquela civilização, então

---

<sup>4</sup> Pedro CALAFATE, *Portugal como Problema*, vol. II, *Séculos XVII e XVIII, Da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica*, ed. Pedro Calafate, Público, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2006, p. 95.

<sup>5</sup> Pedro CALAFATE, *Ibid.*, p. 19.

muito marcada pela influência chinesa. E também o Japão, então fechado sob essa influência, se abre ao desconhecido que vem ao seu encontro.

Enquanto no Oriente os Jesuítas se dedicavam à evangelização de um grande número de pessoas, muitos dos seus companheiros procuravam, numa Europa cada vez mais fragmentada, do ponto de vista político e religioso, a reunificação da cristandade.

Ao fazê-lo ultrapassam, como se referiu anteriormente, a estrita reflexão teológica e propõem uma leitura integral da sociedade, que inclui, não apenas a reflexão jurídico-política, mas também uma proposta de leitura de questões económicas e comerciais orientada por princípios éticos que lhe subjaziam.

Eis-nos, pois, de regresso a Portugal. Nesta última secção, José Manuel Moreira e André Azevedo Alves apresentam, a respeito do pensamento escolástico sobre a Economia, a análise de dois pensadores: Fernão de Rebelo e Rodrigo do Porto (especial destaque é dado às suas considerações sobre o preço justo e a teoria quantitativa do dinheiro segundo a qual o valor do dinheiro depende da quantidade disponível). Ambos surgem na linha de pensamento da Escola de Salamanca e são relevantes, não por serem representativos da opinião dominante em Portugal, mas por seguirem uma linha distinta daquela que, no final da Idade Média, lança as bases do mercantilismo.

Dada a diversidade de temas e personagens que a presente obra aborda, e cujo fio condutor é magistralmente traçado pelos autores no decorrer destas páginas, esta obra revela-se uma muito útil introdução a cada um desses temas. E constitui uma motivação para estudos e aprofundamentos subsequentes, mas é também, em si mesma, um importante passo no esforço que, conjuntamente, Portugal deve fazer para o reconhecimento (e conhecimento) da riqueza intelectual e da ação precursora dos mestres das suas universidades entre a segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII.

Como tal, o seu interesse extravasa o âmbito académico e estende-se a todos os que desejem conhecer o papel central da Península Ibérica na construção da modernidade e compreender como a descoberta do novo mundo e correlativos desafios por ela suscitados colocaram Portugal e Espanha no centro intelectual da Europa e na vanguarda do estudo de questões tão prementes como a livre circulação de pessoas e bens, os

princípios éticos em que assenta a economia de mercado e a igual dignidade dos homens.

Enquanto texto de resenha dos autores e ideias mais significativos resultantes da conversação entre três grandes universidades ibéricas, Salamanca, Coimbra e Évora, ao percorrer a produção intelectual ibérica dos séculos sob análise, os autores conferem-lhe o cunho próprio impresso pelo fio condutor da explicação da influência dos mestres da Escola Ibérica da Paz na defesa dos direitos humanos e na abertura ao outro, num contexto de transição para a modernidade.

Este livro é um passo para melhor conhecermos Portugal, e em particular a nossa história intelectual, o que apenas será possível se conhecermos os contributos dos portugueses e dos mestres das nossas universidades para a defesa dos direitos humanos e, correlativamente, para a teorização (e prática) do Direito Internacional.

Trata-se de uma reflexão tanto mais útil para os nossos tempos se pensarmos que, promovendo embora o diálogo intercultural, estas personagens não se dotaram de uma neutralidade valorativa e religiosa, mas precisamente o contrário – foi um compromisso moral e um espírito evangelizador que esteve na base da defesa do respeito por valores e religiões diferentes.

Que *todos os homens são homens* parecerá, ao leitor moderno, mera tautologia. Não obstante, tal constitui uma verdade pela qual espanhóis e portugueses lutaram. Sabê-lo é não a dar por adquirida e, como tal, protegê-la de eventuais ameaças. A leitura da presente obra permite vislumbrar os traços de uma disputa que, então como hoje, se faz entre liberdade e verdade, de um lado, e opressão e relativismo, do outro. E é com entusiasmo que entre nós devem ser estudados e conhecidos os pensadores portugueses que estiveram do lado da liberdade.